

O SURGIMENTO DA IMPRENSA FEMINISTA COM PERSPECTIVA RACIAL NO BRASIL: UM AVANÇO A PARTIR DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

THE EMERGENCE OF FEMINIST PRESS WITH A RACIAL PERSPECTIVE IN BRAZIL: AN ADVANCEMENT FROM THE BLACK WOMEN'S MOVEMENT

DEBORA CHACARSKI DE MELLO¹

FERNANDA CAVASSANA²

GRAZIELA SOARES BIANCHI³

RESUMO

O objetivo do artigo é delinear o percurso histórico do Movimento Negro e, principalmente, do Movimento de Mulheres Negras na elaboração de meios de comunicação e jornais alternativos no Brasil. São veículos criados com a finalidade de retratar a realidade da população negra e trazer à tona suas pautas e demandas sociais, tendo em vista que esses temas não são, usualmente, debatidos nos veículos de comunicação tradicionais. Como exemplo aplicado, analisa-se o "Nzinga Informativo", um produto da década de 1980 com o intuito de informar e debater assuntos relevantes da perspectiva racial a partir da periferia do Rio de Janeiro. O caso estudado é um exemplo de como, embasado pelo histórico de luta negra e feminista no século XX, o Movimento de Mulheres Negras se apropria de elementos jornalísticos e ressignifica o "jornal impresso" para disseminar informações dentro da comunidade e inserir questões importantes no debate público.

Palavras-chave: Imprensa negra feminista; movimento negro; movimento de mulheres negras; Nzinga Informativo.

ABSTRACT

The aim of this article is to outline the historical trajectory of the Black Movement, particularly the Black Women's Movement, in the creation of alternative media and newspapers in Brazil. These outlets were developed to portray the reality of the Black population and bring their social issues and demands to the forefront, as these topics are rarely addressed in traditional media. As an applied example, the article analyzes "Nzinga Informativo", a publication from the 1980s designed to inform and discuss relevant issues from a racial perspective, originating from the outskirts of Rio de Janeiro. This case study exemplifies how the Black Women's Movement, drawing from the historical Black and feminist struggles of the 20th century, appropriates journalistic tools and redefines the newspaper to disseminate information within the community and introduce significant issues into public debate.

Keywords: Feminist Black press; Black movement; Black women's movement; Nzinga Informativo.

1 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com bolsa Carrefour, graduada em Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: deeborachacarski@gmail.com.

2 Pós-doutoranda no PPGJor-UEPG com bolsa CAPES PDPG (2023-2025). Doutora em Ciência Política e mestra em Comunicação pela UFPR. E-mail: cavassanaf@gmail.com.

3 Professora permanente do PPGJor-UEPG e Professora do Departamento de Jornalismo da UEPG. Líder do grupo de pesquisa GEMIDI. Doutora e mestra em Ciências da Comunicação pela Unisinos. E-mail: grazielabianchi@yahoo.com.br.

Introdução

O movimento negro no Brasil surge e se constitui historicamente pela busca e conquistas de direitos em relação à igualdade racial e dignidade de vida. E parte do debate - inclusive acadêmico - que se faz sobre isso é que, mesmo depois de tantos anos e de tantas conquistas, a desigualdade racial e econômica ainda é parte da realidade cotidiana. É preciso considerar que a sociedade brasileira tem uma herança escravocrata e, a partir disso, a comunidade negra sofre como objeto de opressão e é restringida por esse sistema opressor instaurado (RIBEIRO, 2019). A inserção na sociedade de classes para o negro é um processo historicamente desigual, devido à inferiorização dos indivíduos a partir da cor da pele, o que dificulta o acesso a uma vida digna para essas pessoas (Fernandes, 2008).

O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão. A Lei Áurea foi promulgada em 13 de maio de 1888, depois de outras três medidas que buscavam a libertação desses escravizados. Em 2022, o Correio Braziliense publicou uma reportagem com um apanhado histórico sobre o que significam esses 130 anos de abolição na realidade do negro liberto brasileiro. Segundo a reportagem, se antes as pessoas eram escravizadas no país, agora são excluídas. Isso quer dizer que os negros no Brasil contemporâneo ainda não foram completamente inseridos socialmente e enfrentam desigualdades diárias, que perpassam a cultura, a economia e a saúde dessa população.

A vida do negro não mudou após a abolição, exatamente por essa dificuldade de inserção social. Diante da Lei Áurea, os negros passaram a ser libertos, mas isso não significava que tenham deixado de ser considerados objetos e mão de obra barata. Vinhal e Augusto (2018) afirmam que a desigualdade social tem sido a principal ferramenta para “manter a escravidão” dos negros e negras. Afirma-se isso considerando as evidências de que o trabalho escravo ainda é uma realidade brasileira. Só no ano de 2017, segundo a Comissão Pastoral da Terra, pelo menos 540 pessoas foram resgatadas de situações análogas ao trabalho considerado escravo no Brasil. Ressalta-se que os setores que mais praticam esse tipo de violência e desigualdade são a pecuária e as lavouras de entressafra (Correio Braziliense, 2022). Em suma, a conclusão da reportagem é de que, embora o termo escravo tenha sido retirado para fazer referência a essas pessoas, as condições de trabalho para as pessoas negras continuaram as mesmas, porque o Estado não estava preocupado em subsidiar uma vida digna, com moradia, saúde e educação para esse povo após sua liberdade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, cerca de 55,5% dos brasileiros são negros. Em relação ao trabalho, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2017), a cada três desempregados, dois são negros e a média de salários é de R\$ 1.531,00 para pessoas negras e R\$ 2.757,00 para pessoas brancas. Considerando os critérios de noticiabilidade, é conhecido o interesse da imprensa brasileira em pautar dados que representam a população e temas como economia e emprego. Todavia, isso não significa que a produção noticiosa tradicional dará ênfase a essas desigualdades raciais. Como defendido pelo Movimento Negro e materializado na produção dos seus meios de comunicação alternativos, desde sempre, a população negra brasileira necessita de uma reflexão mais aprofundada, plural e ética para que essa realidade tenha visibilidade, ganhe espaço no debate e tenha chances de ser mudada.

Considerando tudo isso, o objetivo desse artigo⁴ é resgatar parte importante do percurso histórico do Movimento Negro e, principalmente, do Movimento de Mulheres Negras na elaboração de meios de comunicação e jornais alternativos no Brasil. São veículos criados com a finalidade de retratar a realidade da população negra e trazer à tona suas pautas e demandas sociais, tendo em vista que esses temas não são, usualmente, debatidos nos veículos de comunicação tradicionais. Explora-se principalmente a revisão bibliográfica e a pesquisa documental como estratégias metodológicas⁵. Empiricamente, o artigo aborda o jornal “Nzinga Informativo”, um exemplo de imprensa alternativa, produzido pelo movimento de mulheres negras homônimo na década de 1980 (Freitas, 2017; Rios e Freitas, 2018; Mello, 2019; Mello e Carvalho, 2023).

Ao longo do texto, abordam-se características da comunicação do Movimento Negro Brasileiro a partir do encadeamento de evidências históricas, bibliográficas e documentais. Primeiramente, veremos a história do Movimento Negro Brasileiro, suas formas de articulação e comunicação e seus desdobramentos até chegarmos na consolidação do Movimento de Mulheres Negras. A partir deste apanhado histórico, busca-se debater como a Imprensa Negra têm se estruturado ao longo desses anos de atuação dos movimentos sociais e porque, em dado momento, as mulheres desmembram o Movimento Negro e passam a se pautar de maneira mais específica, criando seus próprios canais de comunicação como o Nzinga Informativo.

Movimento Negro no Brasil

O Movimento Negro no Brasil teve quatro fases, a primeira logo após a abolição da escravidão (1889 - 1937). É a fase em que a República foi instituída. Nela, os negros ainda viviam em condições de subsistência, passando a criar clubes e associações próprios para se organizarem. Florestan Fernandes (2008, p. 62) afirma que “a desintegração da sociedade estamental e de castas não os favoreceu socialmente, pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social”. Para os jornais, isso significa que não há uma necessidade de representação dos negros, porque eles são entendidos como algo fora da sociedade. “A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição socio-inferior” (Santos, 1983, p. 19).

A partir daí, surgem jornais impressos denominados como imprensa negra, que tinham como objetivo a produção de informações e alcance da população negra ao debate público. Segundo Domingues (2007), esses jornais enfocam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Em 1930, o movimento negro passa a ter uma fundação, a Frente Negra Brasileira (FNB), estruturando e institucionalizando suas demandas e objetivos. Domingues (2007, p. 107) afirma que, seis anos depois, o grupo se tornou um partido político conservador, cuja liderança tinha inspirações ideológicas autoritárias e ultraconservadoras, sob

4 Pesquisa derivada da monografia da autora. Uma versão preliminar foi apresentada no evento “Seminários de Inverno de Estudos em Comunicação”, da UEPG, em 2024.

5 Tomamos como metodologia o “Estudo de Caso”, a partir de Yin (2003). O autor defende o uso de diferentes ferramentas e métodos de outras metodologias – como a Revisão Bibliográfica, a Análise de Conteúdo, Análise Documental, Entrevistas, Análises Estatísticas etc. – aplicados à investigação aprofundada de um objeto de estudo.

o lema “Deus, Pátria, Raça e Família”. Seus líderes apoiavam o governo italiano de Mussolini e de Hitler, na Alemanha, e mantinham até uma milícia, inspirada nestes modelos. Nesse período, as mulheres eram maioria no movimento negro, mas não tinham espaço para reivindicar pautas relacionadas a questões de gênero.

A segunda fase do movimento negro brasileiro se dá no período do governo de Getúlio Vargas até meados do período de ditadura militar, após a dissolução da FNB pelo seu caráter totalitário. Nesse novo contexto político, nasce a União dos Homens de Cor (UHC), cuja atuação, em 1943, era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica. Além disso, dedicava-se a promover à população negra aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais (Domingues, 2007).

Outro movimento organizado proeminente naquele período foi o Teatro Experimental do Negro (TEN) que tinha atuação mais ampla e dialogava com artes, organizava concursos, cursos e trouxe para o país propostas do movimento negro da França. A atuação do TEN tornou-se esvaziada com a instauração da ditadura militar. Em 1950, criou-se o Conselho Nacional de Mulheres Negras (Domingues, 2007). Apesar de a imprensa negra ter um grande apelo nesse período, o movimento negro ficou isolado politicamente, tanto pelo governo, quanto pela esquerda marxista da época. Durante o regime militar, o movimento negro é acusado de “criar o racismo no Brasil” com o argumento de que a reivindicação de pautas pelo movimento negro estaria segmentando e subjugando esses indivíduos, e a discussão racial é praticamente encerrada. Em 1970, o movimento negro não conseguia agregar muitos militantes, mas ressurgiu oito anos depois com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), trazendo à tona as discussões raciais que antes foram silenciadas.

A terceira fase no movimento negro pode, pois, ser compreendida entre os anos de 1978 e 2000. O MNU teve uma abrangência nacional de debate e atuação antirracista, adotando e ressignificando o termo negro. Este antes usado de forma pejorativa, passa a ser uma forma de afirmação e luta dos negros brasileiros, com o intuito de familiarização e identificação com a África. Cabe pontuar que campanhas contra a mestiçagem foram disseminadas porque o movimento entendia a miscigenação como uma diluição da identidade negra no Brasil (Domingues, 2007). Em 1980, o MNU transformou as festividades do 13 de maio (dia da assinatura da Lei Áurea) em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo e instituiu 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. Somente 43 anos depois, foi sancionada a Lei 14.759/2023 que torna a data feriado nacional (Rádio Senado, 2023).

Na quarta fase, o movimento se aproxima de partidos políticos e sindicatos para estabelecer ações de natureza classista e antirracista. É nesse momento que se forma o coletivo de mulheres negras Nzinga, nome em homenagem à rainha angolana que foi contrária ao colonialismo português, defendendo seu reino e seu povo por 35 anos. O coletivo foi criado por Lélia Gonzalez, no Rio de Janeiro, com outras ativistas negras. O intuito do grupo era o de discutir o racismo e trazer referências africanas para a população negra, principalmente mulheres da periferia. E depois passam a produzir o Nzinga Informativo, fazendo questão de retratar no seu design alusões a religiões africanas, gênero e ancestralidade (Freitas, 2018).

O Movimento de Mulheres Negras

Embora o racismo e sexismo fossem a principal forma de opressão social, nem sempre eram enfocados pelo MNU. É só a partir da constituição do Movimento de Mulheres Negras (MMN) e do Movimento Feminista Negro (MFN), em 1978, que as questões de gênero e raça passam a ser, de fato, debatidas e vistas da perspectiva das protagonistas. Ou seja, a partir da perspectiva das mulheres negras que, até então, ficavam à margem tanto do MN, quanto dos debates feministas brancos. Reconhece-se aí a necessidade de enegrecer o feminismo. “Afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil” (Carneiro, 2003, p.118).

Com essas iniciativas, pode-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero. Não se desconsidera que, na lógica de opressão para além de classes sociais, homens negros têm sua masculinidade subalternizada, mais ou menos na lógica de opressão que mulheres brancas estão sujeitas. Contudo, cabe reforçar que o espaço ocupado por mulheres negras é abaixo desses dois sujeitos. O que as torna ainda mais vulneráveis (Carneiro, 2003).

Djamila Ribeiro (2019) reitera a questão interseccional e debate como, dentro da lógica de denominação desses sujeitos na sociedade, as mulheres não são definidas em si mesmas, mas em relação ao homem e a partir do olhar do homem. Essa relação e condição colocam a mulher diretamente na submissão dentro de uma hierarquia machista. Tal submissão é ainda intensificada quando imposta às negras. Para além dos homens brancos e negros, há de se considerar que mulheres brancas passam a operar nessa engrenagem hierárquica. A mulher negra fica confinada numa lógica de subalternidade ainda mais consolidada (Ribeiro, 2019).

A autora atenta para o fato de que “desde muito tempo as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos” (Ribeiro, p. 18, 2019). Isso nos faz refletir sobre todo o percurso feito por essas mulheres que, mesmo inseridas num ambiente machista (e.g. no MN), mantinham a participação ativa nas comunidades, ONGs e demais organizações políticas com a finalidade de iniciar um debate sobre suas especificidades enquanto mulheres e enquanto negras. Ainda assim, não conquistam legitimidade dentro do movimento feminista branco. Este “universaliza” as mulheres e acaba deixando de lado demandas mais específicas, como as pautadas pelas mulheres negras.

Ribeiro (2019) destaca que a teoria feminista e de lugar de fala refuta essa universalidade entre a mulher e a negritude, com a finalidade de se refletir sobre essas questões quando se leva em conta o poder que o ser branco carrega. Ressalta também que existe uma expectativa de que grupos discriminados sejam mais obrigados a enfrentar as desigualdades do que os grupos localizados nessa escala “cromática” de poder (RIBEIRO, 2019). Contudo, é importante pontuar que até mesmo os indivíduos abaixo dessa hierarquia não são, automaticamente, conscientes das opressões que sofrem. Assim, evidencia-se o papel das mídias de levar a informação a esse grupo “não politizado”, buscando conscientização.

Ribeiro (2019) também aborda esse status oscilante dos homens negros e mulheres brancas, pois somente a partir do reconhecimento desse status é possível romper a invisibilidade da realidade das mulheres negras. “As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres

que não são rainhas de nada, que são retratadas como anti musas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca” (Carneiro, 2003, p. 47). Ao retirar essas pautas “da gaveta”, foge-se de uma análise simplista e passa-se a perceber a interseccionalidade com a devida importância. É, pois, possível compreender que a universalidade, na verdade, exclui as mulheres negras, porque suas demandas não cabem nas generalizações que contemplam apenas uma parte desse “ser mulher” (Ribeiro, 2019).

Segundo Viviane Freitas (2017), no período de redemocratização do país, a afirmação do MMN se deu através de experiências de lutas sociais organizadas de forma institucional e autônoma. Por um lado, buscando incluir a raça para além das discussões de classe na esquerda. Por outro, buscando incluir questões de gênero no movimento negro. Na América Latina a relação desses novos atores sociais [Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras] com o Estado era ambígua: procura de autonomia em oposição ao Estado e reivindicações junto aos governos municipais e estaduais. “As práticas reivindicativas visavam não apenas ao atendimento de demandas, mas também à participação na gestão de políticas públicas” (Rodrigues e Prado, 2010, p. 447). As mulheres negras passam a desempenhar um papel fundamental dentro de grupos para a mobilização social.

São exemplos: Movimento Favelas do Rio de Janeiro; Movimento das Trabalhadoras Domésticas; Associações Comunitárias; Comunidade Religiosa Afrobrasileiras; Movimento Estudantil e Organizações Clandestinas de Esquerda. Além de 23 ocupar essas instituições e integrarem esses movimentos, as mulheres negras passam a se organizar de forma “híbrida, horizontal e antirracista” (Rodrigues e Prado, 2010, p. 450).

Para Rodrigues e Prado (2010), uma das estratégias do Estado para silenciar esse tipo de atuação foi forjando uma igualdade e democracia racial na tentativa de mascarar o racismo, os conflitos e políticas separatistas. Nesse contexto, o esforço do MMN foi fomentar debates a partir de suas pautas. Estas se tornam mais específicas que aquelas do movimento negro e do movimento feminista (branco), contemplando também as questões de mulheres indígenas, elucidando a importância da luta antirracista.

Esse processo de consolidação de uma perspectiva feminista negra toma mais corpo e maior legitimidade política a partir dos embates travados entre as mulheres negras e brancas no Encontro Feminista realizado em Bertioga, ocorrido no ano de 1985, e as consequências mais óbvias desses embates são a entrada de vez na cena pública brasileira do sujeito político mulheres negras e a luta pelo processo de autonomização e inserção política do Movimento de Mulheres Negras brasileiro, culminando com a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, em 1988 (Rodrigues e Prado, 2010 p. 450-451).

Cabe ressaltar os resultados obtidos com a consolidação do MMN no Brasil. Mulheres negras passam a atuar institucionalmente na esfera pública e integrar conselhos como o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) de São Paulo e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Também ONGs, associações de moradores e conselhos municipais (Rodrigues e Prado, 2010).

O percurso de atuação dessas mulheres passou por diversos conflitos, que começaram a partir do MN e do movimento feminista (branco), que acreditavam no “rompimento” dos movimentos a partir do recorte de gênero e raça, questionamentos recorrentes ao MMN. Ribeiro (2019) explica que devido a localização social da mulher negra, suas experiências são distin-

tas de uma mulher branca, sua experiência acerca de gênero é totalmente diferente. Quando retiramos a comunidade negra da marginalidade social, a ascensão significa um instrumento de redenção econômica, política e social, tornando-a então respeitável, digna de participação nacional (Santos, 1983). O que é reiterado por Rodrigues e Prado (2010), ao indicarem que essas mulheres afirmaram sua identidade coletiva, sugerindo que, para além do pertencimento e empoderamento, elas também buscavam o reconhecimento de suas especificidades, para a construção de direitos dos demais sujeitos oprimidos.

No que diz respeito à violência e saúde, o MMN abriu debates sobre o constrangimento afetivo que mulheres negras passam por serem vistas sempre como subalternas em relações sociais/ afetivas. Estipularam debates sobre direitos reprodutivos, para além do aborto, mas no que compreendia a esterilização de mulheres negras como “política pública”. Trouxeram a luz o debate étnico-racial englobando também mulheres indígenas e conquistaram a implementação do Programa de Anemia Falciforme no Ministério da Saúde (Carneiro, 2003). Nos meios de Comunicação, a atuação do MMN passa a cobrar mais visibilidade e representação. Há ainda de se considerar que “a institucionalização do campo de estudos feministas e de gênero no Brasil teve início na segunda metade dos anos 1970 [...] Nesse período, houve o surgimento de grupos feministas e publicações sobre desigualdades de gênero” (Rodrigues e Freitas, 2023, p. 3)

A Imprensa Negra

Ao longo do tempo, os movimentos também se articularam e passaram a produzir seus próprios meios de comunicação. De forma alternativa aos veículos tradicionais, nos quais não eram representados. Os negros passam, de fato, a terem voz na imprensa negra. Ribeiro (2019) defende ser a reivindicação não só do direito de se ter voz, mas também reconhecimento à própria existência. “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos o lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social” (Ribeiro, 2019, p. 64). Por exemplo, reivindicar a contação da história da escravidão no Brasil pela ótica de quem não venceu esse sistema até a atualidade. O que ressalta a relevância dos produtos midiáticos produzidos por esses movimentos, que assumem não só o protagonismo e controle de narrativa, mas, da perspectiva de produção jornalística, estão à frente de todos os processos e etapas.

Desse modo, considerar a história a partir de outro ponto de vista, contra hegemônico, não só ressignifica a identidade das pessoas negras, como delimita a sua importância e resistência. Aqui, cabe destacar a definição histórica da imprensa negra. Isabel Cristina de Clavelin da Rosa (2014) ressalta que a imprensa negra nada tem a ver com a “Imprensa Abolicionista”. Esta aborda pautas como a não escravização da comunidade negra, enquanto aquela tratava da luta contra o racismo e direitos civis. A imprensa abolicionista brasileira circulou apenas entre os anos 1880 e 1888, em prol da abolição da escravidão no país.

Para além da pauta abolicionista, a imprensa negra se constituiu como um dos instrumentos utilizados pelos negros brasileiros para a provocação de um debate público sobre o racismo no país. Principalmente, “a partir do domínio da técnica jornalística pelos negros e do uso da esfera pública para a enunciação de um discurso dissonante das forças hegemônicas” (ROSA, 2014,

p.564). Graças a diversas pesquisas, já se tem registrado na literatura diversas publicações que constituíram a imprensa negra nos séculos XIX e XX no país (Rosa, 2014; Pinto, 2006; Freitas, 2017; Campos, 2006; Freitas, 2009). Retomamos algumas aqui, especialmente a partir do compilado e análise de Isabel Cristina Rosa (2014).

Considera-se Francisco de Paula Brito como pioneiro da editoração negra no país. Em 1833, Brito já difundia conteúdos através do jornal "O Homem de Cor". Na sequência, surgiram os jornais Brasileiro Pardo; O Cabrito; O Crioulinho e o Lafuente (Rosa, 2014). Já em 1876, registra-se a circulação de O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social, periódico com caráter abolicionista e que teve 12 edições publicadas. Segundo Rosa (2014), embora o título do jornal fizesse referência ao masculino, registra-se que ao menos 50 mulheres negras participaram de uma reunião política organizada para uma das edições d'O Homem (Rosa, 2014). Destaca-se ainda "O Exemplo", que circulou entre 1892 e 1930, e que, embora tivesse colaboradores brancos, visava à participação social, ao fim do racismo e da discriminação de pessoas negras em seu enfoque editorial (Rosa, 2014).

Em sua pesquisa, Rosa (2014) também destaca que os jornais A Voz da Raça e O Clarim da Alvorada tentaram realizar, em 1929, o primeiro Congresso da Mocidade Negra. O objetivo era a fundação de um partido negro, o que só foi efetivado em 1943, com A União dos Homens De Cor. Entre os seis fundadores, havia uma mulher negra, empregada doméstica. Já em São Paulo, registra-se que a imprensa negra paulista atuou desde seu surgimento em 1915 até 1963, antes do golpe militar no país. Conforme Rosa (2014) teve grande impacto social, fazendo parte do desenvolvimento do movimento negro paulista. Em 1950, Abdias do Nascimento passa a produzir o jornal O Quilombo que se torna uma referência para os estudos sobre a imprensa negra no Brasil. A imprensa negra também levou a marcos significativos da luta dos negros contra a discriminação no país (Rosa, 2014).

Portanto, os movimentos passam a consolidar seus meios de comunicação, trazendo um conteúdo contra hegemônico em seus jornais e mantendo a circulação mesmo em condições financeiras precárias. Alguns tornam-se registros históricos importantes. Na 20ª edição do Jornal do Movimento Negro Unificado, por exemplo, comemorou-se mais um ano de Consciência Negra no país, e o jornal passou a adotar pautas das mulheres negras e dos quilombolas em suas páginas (ROSA, 2014). Já Oliveira Silveira, por exemplo, era um poeta e ativista do MN que falou através da imprensa negra sobre o Dia da Consciência Negra em Porto Alegre (1971). Outro periódico que se torna relevante é o Nzinga Informativo, criado a partir de um coletivo homônimo, formado por mulheres negras, que usamos de exemplo para ilustrar empiricamente como o jornal impresso era explorado pelo coletivo para aplicar essas problemáticas teóricas e históricas.

Coletivo NZinga e o "NZinga Informativo"

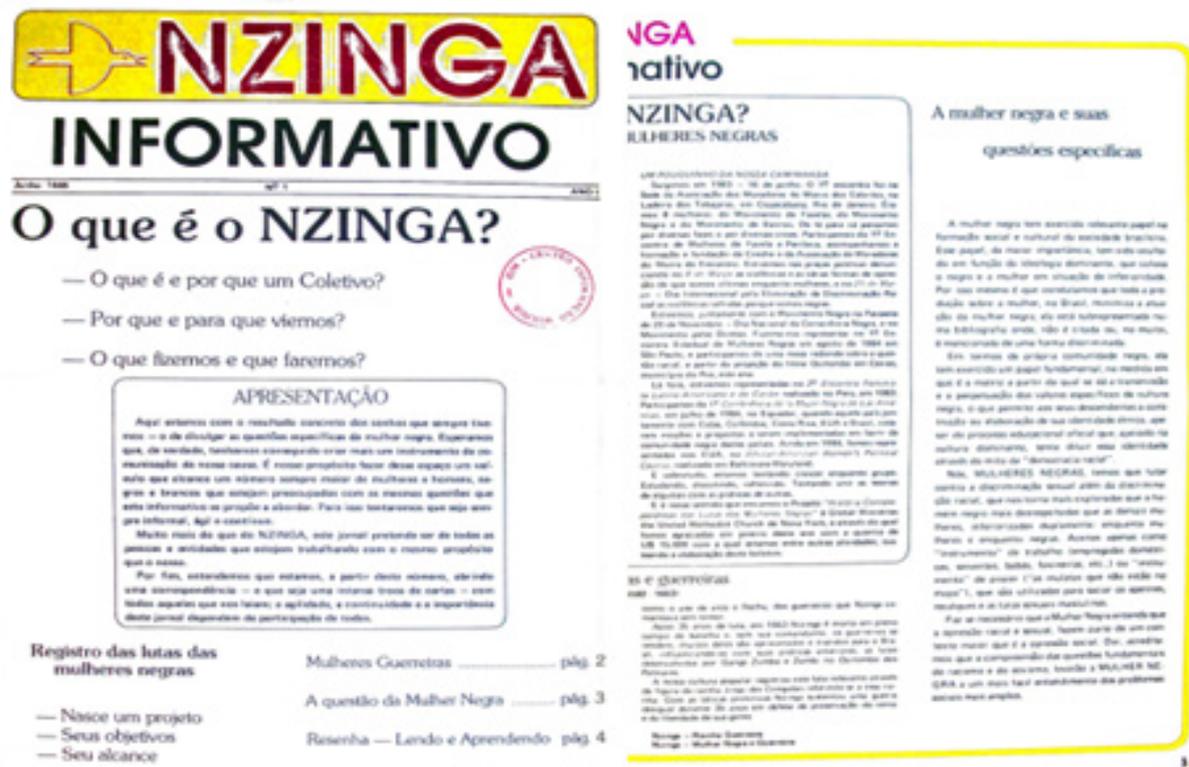
O Coletivo de Mulheres Negras Nzinga⁶ surge em 16 de junho de 1983, e tinha sua sede localizada na Associação do Morro dos Cabritos, periferia da zona oeste do Rio de Janeiro. (Bairros, 2000; Ratts; Rios, 2010; Viana, 2010 *apud* Gonzalez, 1985). Segundo as autoras, esse

6 Nzinga foi uma rainha angolana que lutou para enfrentar o colonialismo português na Angola por cerca de 35 anos, se transformando em um ícone de luta e estratégia (Freitas, 2017).

é o momento de ampliação de grupos políticos como o de mulheres negras no cenário político nacional. Foi um coletivo que contou com a participação de mulheres feministas de relevância pública, como Lélia Gonzalez e Benedita da Silva, além de outras ativistas negras.

Tendo atuado para incluir referências africanas em relação a cultura, religião, política e apartheid no debate público, o coletivo produziu o NZinga Informativo com poucas edições entre 1985 e 1989. O informativo expressava, verbal e imageticamente, a simbologia e o ativismo do coletivo homônimo. Como por exemplo o simbolismo e atenção ao resgate histórico da ancestralidade da mulher negra. “As referências simbólicas estão nas cores da logomarca adotada pelo grupo, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres” (FREITAS, 2017, p. 106). Como é perceptível na Figura 1. Nesta capa, a apresentação é um texto relevante que indica o informativo como um jornal voltado às “questões específicas da mulher negra”, mas voltado ao público em geral e que buscava o diálogo com ele.

Figura 1 – Capa e pág.3 da 1ª edição (jun/1985)



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (2019)

Explorando formatos e gêneros jornalísticos em seus textos e diagramação, o periódico pautava assuntos relacionados à luta das mulheres negras, suas necessidades e espaços sociais que estavam sendo conquistados (Freitas, 2017; Rios e Freitas, 2018). Assim, buscava romper o que Ribeiro (2019) denomina “privilégio epistêmico”. Segundo a autora, isso faz referência a uma legitimação de um discurso a partir de parâmetros universais de ciência que notoriamente são executados por pessoas brancas. (Ribeiro, p.24, 2019). Aqui, cabe destacar a ressalva feita pelas autoras Rios e Freitas (2018) em artigo sobre o periódico e a formação do feminismo negro brasileiro.

Longe do sectário político ou do exclusivismo identitário, *Nzinga Informativo* fora idealizado para se comunicar com setores amplos da sociedade, independentemente de cor ou raça e do gênero. Não era, portanto, um jornal de mulheres negras para mulheres negras, embora fossem elas as protagonistas no agendamento do que seria abordado pelo periódico e a partir de sua perspectiva (Rios; Freitas, 2018, p. 33).

Freitas (2017) esclarece que o jornal é fruto da aprovação do projeto 'História Contemporânea das Lutas de Mulheres Negras', e tinha como propósito abrir um espaço de diálogo entre as mulheres negras, recebendo apoio e patrocínio de US\$40 mil, da Global Ministries (agência especializada da United Methodist Church), de Nova York. Investimento esse que alimentou tanto o coletivo como a circulação do impresso.

As edições também contam com uma coluna, texto ou box sobre "Mulheres Negras e Guerreiras". São pequenas biografias de mulheres negras, com suas lutas e seus feitos naquele contexto. A página espelhada na maioria das edições corresponde a página três e a uma página mais avançada do jornal que não é a página quatro, dando aquela ideia de um caderninho mesmo, onde a capa fica separada e as outras páginas dentro dessa espelhada. Na 1ª edição, essa página é sequencial, porque traz o texto principal sobre o que é o Coletivo de Mulheres Negras *Nzinga*.

A mulher negra e guerreira retratada na edição 01 é a *Nzinga Mbande*, dando início as histórias de demais mulheres negras daquele período e de diversos lugares do mundo que lutaram ou estavam lutando por dignidade e respeito para a comunidade negra. O *Nzinga Informativo* traz esse caráter muito contextual em seus textos, então nada mais natural que sua primeira inspiração fosse retratada dessa forma. Esse texto, segundo Sousa (2001), pode ser caracterizado como um artigo, tem cunho informativo, porque é embasado na vida dessas mulheres, mas não é necessariamente noticioso.

O texto que encerra a leitura dessa página especial tem o título "A mulher negra e suas questões específicas" e traz à tona as pautas do movimento político. As demandas dessas mulheres são a conscientização do que elas chamam de opressão social, e dentro dela as opressões de gênero e raça que envolvem a mulher negra. Comprovando o que Ribeiro (2019), Carneiro (2003) e Rodrigues e Prado (2010) pontuam sobre a mulher negra na sociedade e a dupla opressão que perpassa a vivência dessas mulheres.

Neste caso, ter indicações de livros e seus valores no impresso é uma aposta para fomentar a leitura e o conhecimento entre a população. Essa iniciativa é muito significativa, visto que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1980, a taxa de analfabetismo da população brasileira chegava a 25,9%. Já em 2018, a taxa de analfabetismo entre pessoas negras é de 9,1%, que representa mais que o dobro quando observada entre pessoas brancas. Como assinala Peruzzo (2009), o movimento negro pautava condições de sobrevivência e dignidade. Trazer indicações de leituras e alternativas para alcançar direitos básicos como a alfabetização, tinham que partir de dentro dos movimentos sociais da comunidade negra, porque senão ninguém teria a preocupação de fazê-lo.

Nas edições seguintes, esse espaço passa a se chamar somente "Lendo e Aprendendo", mas continua com indicações de conteúdo intelectual para o público. Antes de encerrar, a primeira edição traz um poema, que em seus versos rejeita a forma como mulheres negras são objetificadas e desumanizadas. Mais uma vez estamos tratando do jornalismo opinativo, contudo neste

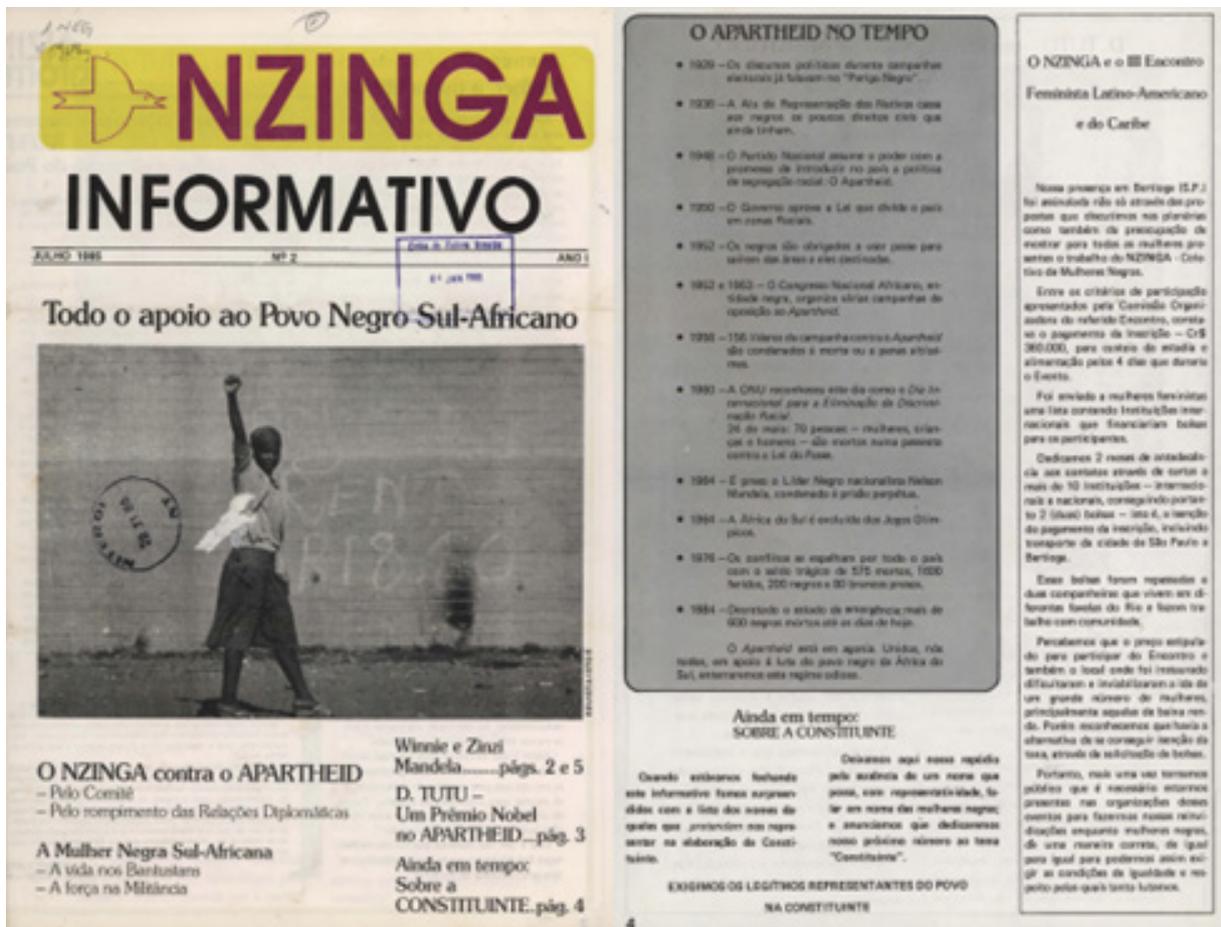
caso a sua relevância é ainda maior, porque reforça e legitima a existência do Nzinga Informativo e do seu posicionamento enquanto um veículo de comunicação popular-alternativa.

O poema foi retirado de "CADERNOS NEGROS N°5", esse projeto foi pensado por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina e Abelardo Rodrigues, com o intuito de difundir literatura afro-brasileira através de 'poemas' de bolso, que se tornaram muito populares na década de 80. E ter sua obra literária sendo divulgada dentro de um boletim informativo colaborou muito tanto para a visibilidade dentro da comunidade negra, quanto para a difusão de seus trabalhos naquele período.

A edição encerra com o expediente, nele constam as informações básicas sobre a produção do jornal. No caso do Nzinga Informativo, este espaço traz informações sobre as mulheres responsáveis pela edição e o endereço da caixa postal - uma tentativa de agendamento e interação com as leitoras. Buscando fortalecer o contato e a participação desse público, principalmente em relação a conscientização e mobilização da comunidade sobre os temas que foram e serão tratados nas edições do informativo.

A primeira edição foi veiculada em junho de 1985 com quatro páginas e com conteúdo introdutório, de apresentação, informando os leitores sobre o Coletivo de Mulheres Negras Nzinga e quais são os objetivos do novo jornal. As referências à África do Sul podem ser observadas na segunda edição, na qual as mulheres que compõem o coletivo e escrevem para o informativo definem uma edição quase que completa em defesa do povo sul-africano. Circulou em julho de 1985.

Figura 2 - Capa e pág. 4 da 2ª edição (jul/1985)



Por meio de vários textos sobre o apartheid, as autoras revelaram a crueldade das torturas e desigualdades sofridas pelo povo negro que, naquele período, era proibido de frequentar mesmos espaços que pessoas brancas. Até uma linha do tempo é diagramada para explicar o processo Apartheid desde 1929, indicando o quanto buscam difundir o conhecimento para seus leitores e, com informações, estimular atenção e debate sobre a segregação racista.

Como na primeira edição, há seções com informações de interesse público, como a agenda de eventos e ações do MNU e de outras instituições. Também se registra nessa edição uma nota de repúdio das autoras sobre a escolha de representantes para a constituinte, “pela ausência de um nome que possa, com representatividade, falar em nome das mulheres negras” (Nzinga, 1985).

Já no Dia Internacional da Mulher e Dia Internacional pela eliminação da discriminação racial, a terceira edição do Nzinga Informativo traz como conteúdo especial uma entrevista aprofundada com o Grupo de Mulheres Negras Aqualtune, cujo encontro foi registrado em foto e ilustra a capa. O terceiro número do jornal foi datado de fevereiro e março de 1986.

Figura 3 – Capa e pág.3 da 3ª edição (1986)



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (2019)

Elas indicam, no texto de abertura, que a entrevista em profundidade teve a duração de três horas. Por isso, a publicação seria apenas o trecho que elas consideram significativo para a edição, sendo um conteúdo pensado para a comemoração ao Dia Internacional da Mulher, para celebrar e entender a importância de representatividade de grupos de mulheres negras como esse.

Nessa edição, os conteúdos são direcionados tanto a dar voz – falando com mulheres negras sobre mulheres negras e suas ações de conscientização, bem como também trazem dados e números sobre a violência segregacionista que atingia as mulheres sul-africanas de forma ainda mais severa dentro da opressão tríplice pontuada por Carneiro (2003) e Ribeiro (2019): gênero, raça e classe.

Como se trata de um veículo produzido por um coletivo, com pautas específicas do movimento de mulheres negras, os textos são escritos na primeira pessoa do plural, trazendo ao leitor a impressão de estar dentro dos acontecimentos, acompanhando a luta e as pautas do veículo. A personalidade com que essas mulheres tratam as fontes é fundamental para elas enquanto coletivo. Assim, embora houvesse uma apresentação mais generalizada na primeira edição e as ressalvas registradas em estudos sobre o veículo, vislumbra-se que buscavam expressar, no texto do jornal, que estavam falando sobre e com o seu próprio grupo.

Em relação aos projetos gráficos e editoriais, o Nzinga Informativo tem suas características específicas, bem delimitadas e apresentadas. Apresenta boxes com conteúdo do movimento negro no mundo, conquistas das mulheres e reflexões como as que permeiam os debates sobre gênero e raça do período (1985-1989). Havia também a coluna sobre “Mulheres Negras e Guerreiras”. Em torno de questões mais técnicas, à disposição e diagramação do conteúdo nas páginas do jornal, evidencia-se que também já fazia uso de fotografias de pessoas negras, a fim de ser mais representativo que os demais meios.

Figura 4 – Capa da 4ª edição (1988) e pág. 15 da 5ª edição (1989)



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (2019)

Por meio do jornal, o coletivo de mulheres negras trabalhava de forma coesa e coerente as questões que buscavam fomentar a partir do histórico de luta dos movimentos sociais negros e feministas. Com a produção do veículo impresso, elas reiteraram a lógica de reivindicação de direitos para mulheres negras, denunciam a violência e opressão que sofrem, inclusive em outros países. Nota-se, inclusive que trazem em forma de entrevista uma alternativa de união e busca de direitos a partir da perspectiva de outro grupo de mulheres negras, que de uma forma mais leve e mais informal leva as leitoras à reflexão sobre temas cotidianos, e ações coletivas que podem transformar a realidade social em que estão inseridas.

Conclusão

Neste artigo, recorrendo à metodologia de estudo de caso (Yin, 2003), demonstra-se o caminho de luta e reivindicação do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras considerando o papel fundamental da difusão de conhecimento e comunicação dentro da sua comunidade. Contudo, sem deixar de evidenciar a busca por uma visibilidade digna e protagonista, que não é necessariamente alcançada nas produções dos veículos de comunicação tradicionais. Para além da adaptação de práticas e formatos jornalísticos, na imprensa negra, evidencia-se o esforço de falar com mais empatia e propriedade das suas realidades, além de trazer personagens negros e negras em suas páginas para além do que se via tradicionalmente.

Diante de tudo isso, a prática jornalística através da imprensa negra era pautada pela necessidade de igualdade de direitos e não pelos estigmas sociais e racistas da época, produzida por militantes e para a comunidade negra. A imprensa negra tentava, justamente, subverter um padrão hegemônico. Como já debatido, a luta social travada pelo Movimento Negro e pelo Movimento de Mulheres Negras, reverbera na sociedade até hoje.

Ao trazer à tona suas demandas e suas pautas, as negras e negros passam a ter voz e calcar espaços ativos e participativos na sociedade, o que automaticamente causa um impacto, movendo as engrenagens e obrigando os cidadãos brancos a olharem para o redor. Mesmo depois da abolição, o percurso e a luta travados por esses homens e mulheres foram árduos para que passassem a ser considerados humanos. No contexto descrito acima, já havia 92 anos que separavam os negros da objetificação institucionalizada e mesmo assim a sociedade ainda não tinha atentado para como essa estrutura racista ainda atingia essa população.

Percebe-se também que mesmo depois de tantos anos de luta as negras e negros ainda buscam seu espaço de forma autônoma e plural dentro das esferas sociais higienistas e conservadoras. O risco que assumimos é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos a própria fala. Ou seja, “o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, p. 225, 1984).

Como percorrido até aqui, o trabalho comunitário exercido por esses movimentos sociais é legítimo e muito significativo na construção da história recente do Brasil. A constituição de sua própria imprensa – e, conseqüentemente, de seus próprios conselhos para se pensar e executar políticas públicas para a comunidade negra – fez-se fundamental para a formação política, econômica, social e comunicacional desse grupo. Majoritário, este foi historicamente esquecido

pelo resto da sociedade, que corrobora padrões para manter a estrutura racista que subalterniza e infantiliza as negras e negros, inclusive por meio do jornalismo, da mídia hegemônica.

Com isso, conclui-se que o exemplo trazido através do Nzinga Informativo reverbera até os tempos atuais como um modelo de comunicação popular-alternativa pioneiro para as mulheres negras. O que abriu espaço, deu voz e possibilidade para que novos grupos de mulheres também busquem disseminar suas informações entre os seus e quebrar estereótipos e preconceitos sociais hegemônicos.

Referências

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O grupo Palmares (1971-1978) - um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 196f. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

CARNEIRO Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133. 2003. Recuperado de: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>> Acesso em: maio de 2024.

CORREIO BRAZILIENSE BRASIL. *134 anos após a Lei Áurea, escravidão e racismo ainda são realidade no Brasil*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/05/5007432-134-anos-apos-a-lei-aurea-escravidao-e-racismo-ainda-sao-realidade-no-brasil.html>. Acesso: maio de 2024.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo. Vol.12, n.23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: maio de 2024.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Globo, 2008. p. 29-36.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: USP, 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), FFLCH, Universidade de São Paulo, 1981.

FERREIRA, Maria Claudia Cardoso. *Representações sociais e práticas políticas do movimento negro paulistano - as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)*. 224 f. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

FREITAS, Jorge Roberto. *A imprensa negra - a trajetória visível*. 1.ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *De qual feminismo estamos falando? Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Brasília, 2017.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/1141>. Acesso em: maio de 2024.

MELLO, D. C. *Jornalismo alternativo e movimento de mulheres negras: um estudo de caso do Nzinga Informativo*. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

MELLO, D. C.; CARVALHO, F. Cavassana de. O Nzinga Informativo como caso de comunicação popular e alternativa do movimento negro feminista. *R. Dito Efeito*, Curitiba, v. 14, n. 23, p. 45-61, jan./jun. 2023.

PANORAMA DO CENSO 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso: maio de 2024.

PERUZZO, Cicilia M.K. *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor*. ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

RÁDIO SENADO. *O Dia da Consciência Negra agora é feriado nacional*. Acesso: maio de 2024

RIBEIRO, Djamilia. *Lugar de fala*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo, Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIOS, F.; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. *CADERNOS ADENAUER* (SÃO PAULO), v. 1, p. 25-45, 2018.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicologia & sociedade*, v. 22, n. 3, pp.445-456, 2010.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. "Feminismo Negro e Interseccionalidade em Periódicos Brasileiros (1992-2020)". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n.2, e92874, 2023.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.11, n. 1, 2014.

SANTOS, Neusa. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2a Edição, Graal, 1983.

SOUSA, Pedro Jorge. *Elementos do jornalismo impresso*. Porto, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>. Acesso em: maio de 2024.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: Planejamento e metodologia*. Bookman, 2003.